



Território Casa Comum

Morfologias e
Dinâmicas do
Território

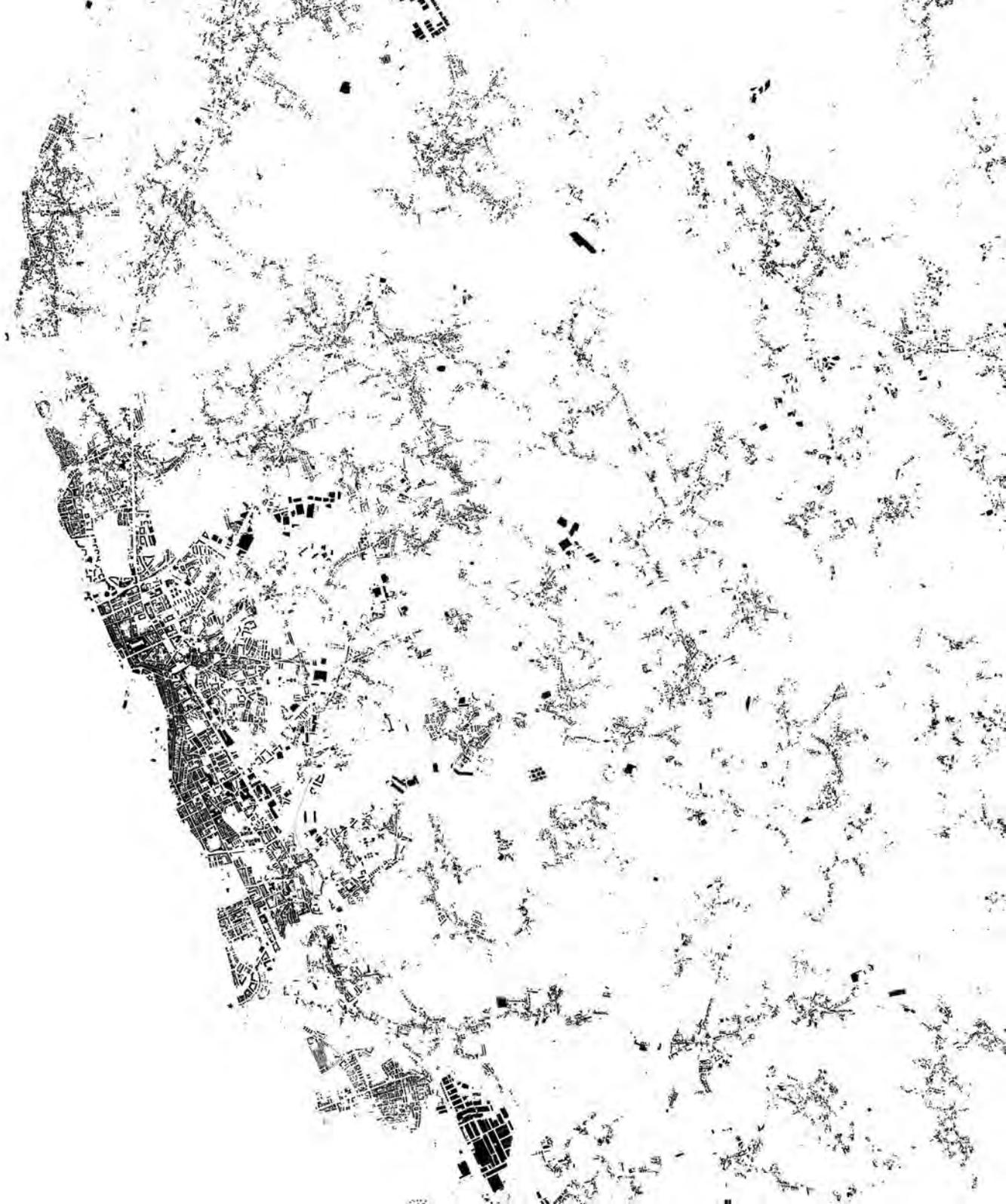
Território Casa Comum

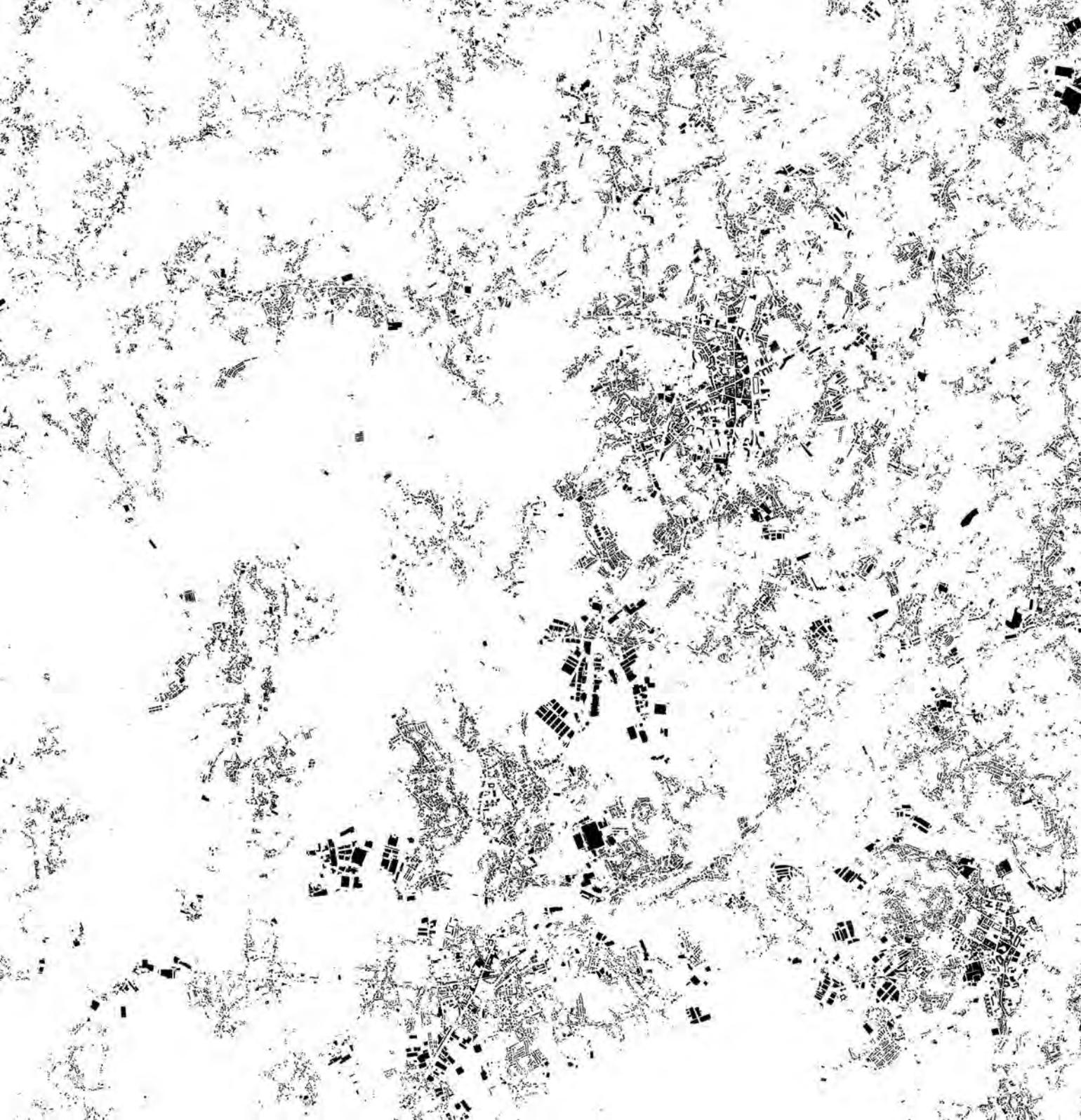
Catálogo de Exposição
Julho 2015 - Fevereiro 2016
Casa do Território - C.M.V.N. Famalicão

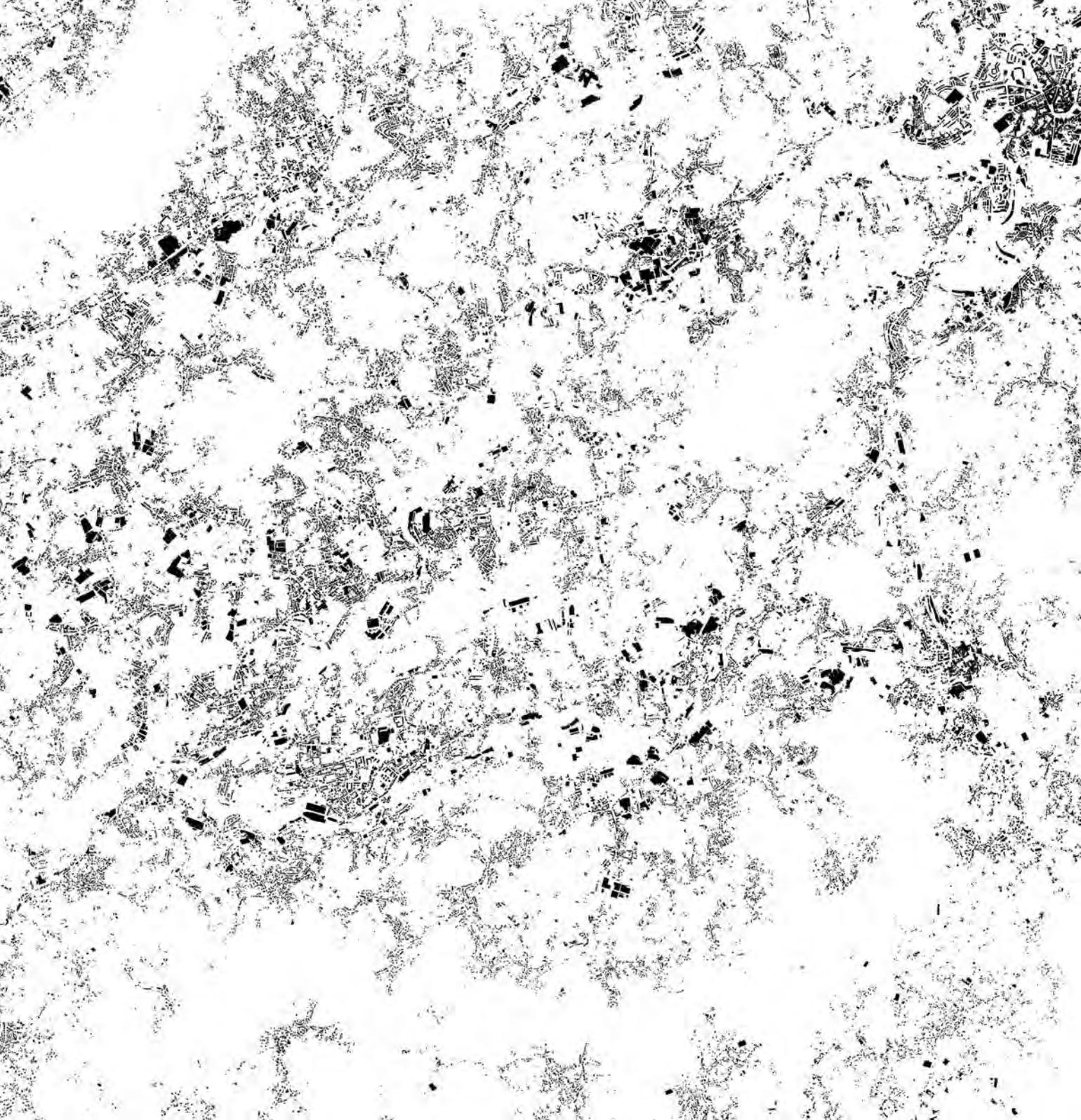
Morfologias e
Dinâmicas do
Território

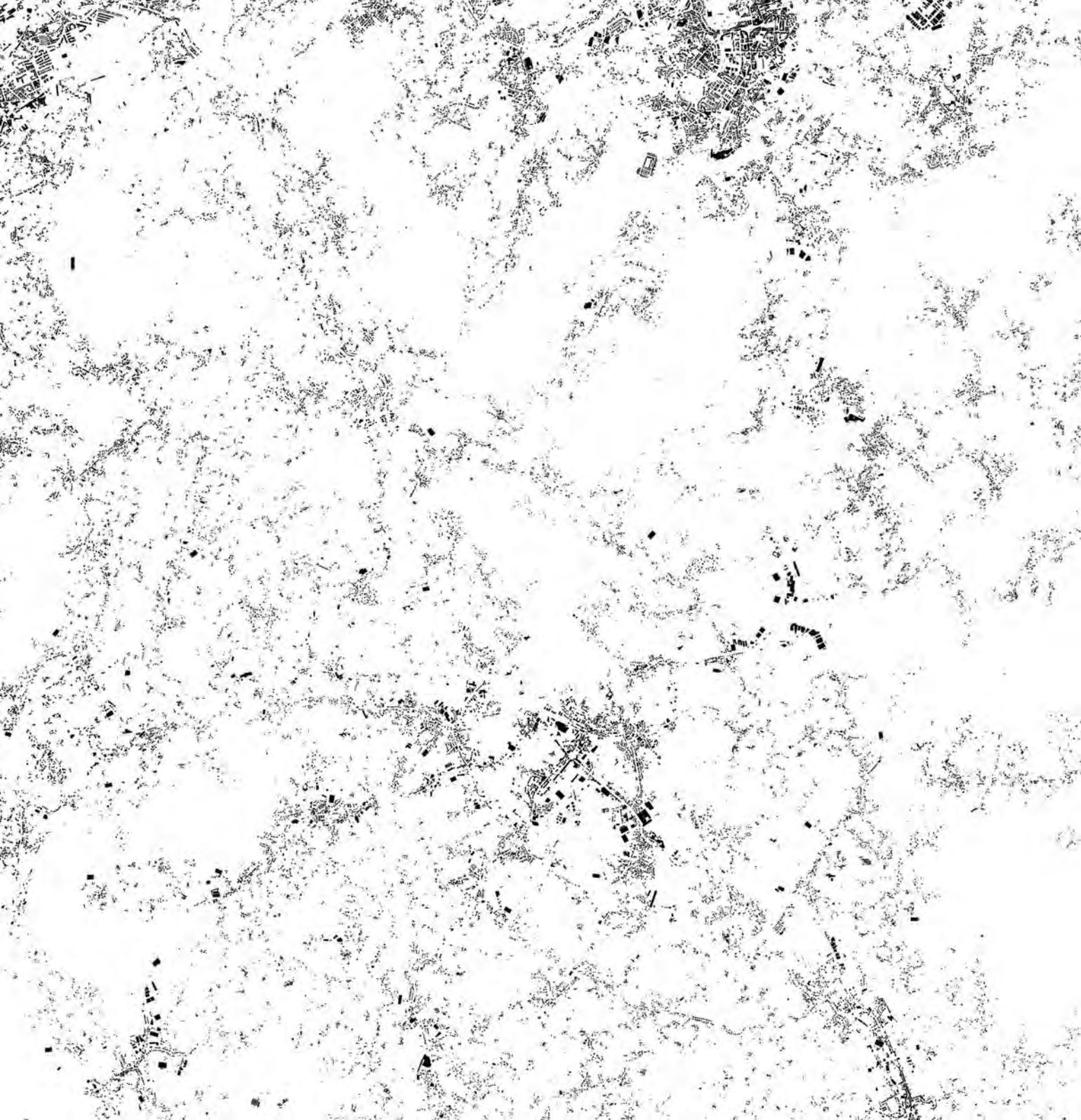
O território pode exprimir-se em termos estatísticos [...], mas não poderá ser reduzido ao quantitativo. Enquanto projecto, o território é semantizado. É “discursável”. Tem um nome.

André Corboz, 1983











SUMÁRIO

Paulo Cunha

Presidente da CMVNF pág. 11

Francisca Magalhães

Departamento de Ordenamento e

Gestão Urbanística CMVNF pág. 13

Manuel Fernandes de Sá

MDT, CEAU, FAUP pág. 15

A nossa casa precisa de
uma realidade pág. 17

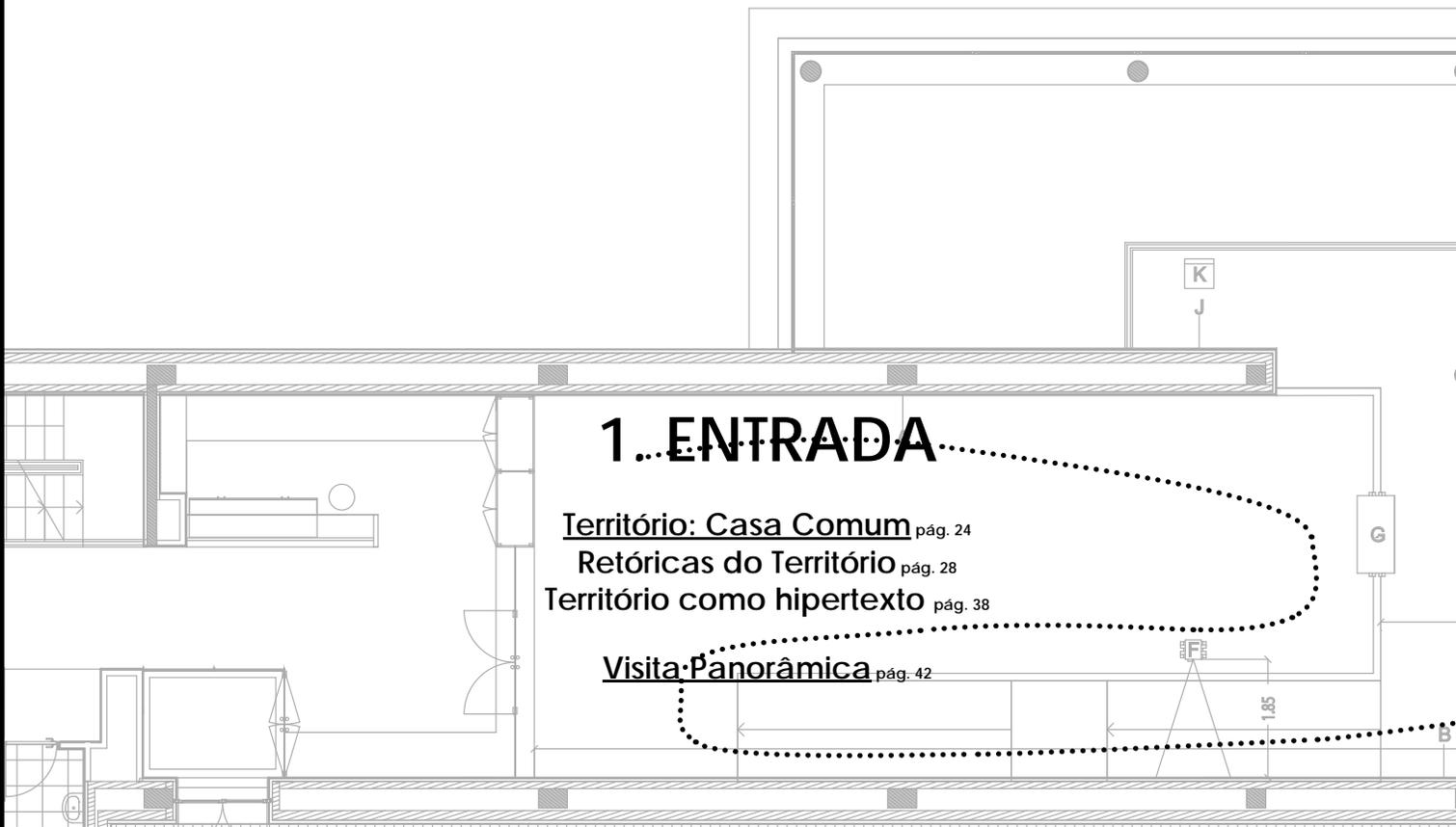
1..ENTRADA

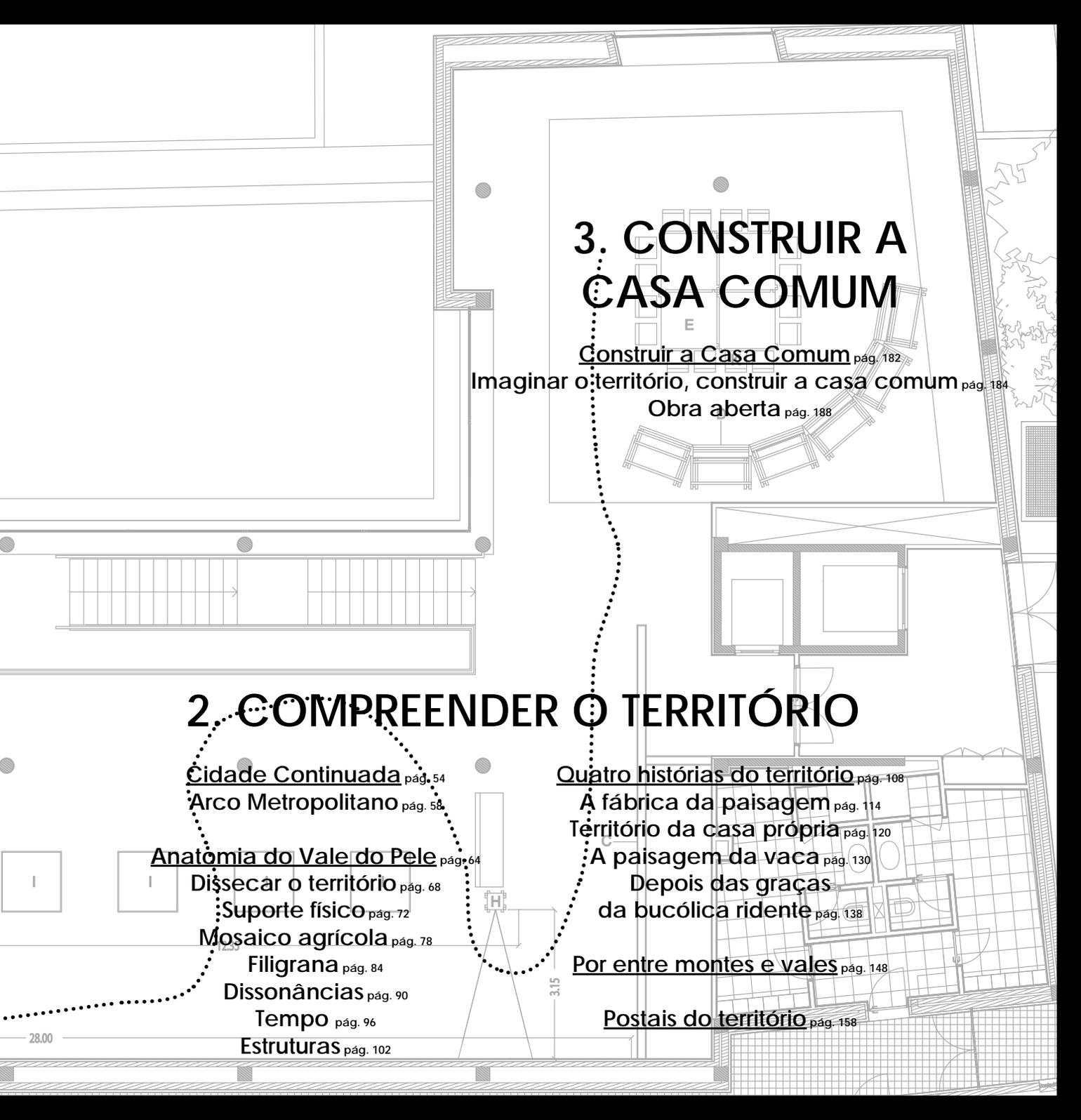
Território: Casa Comum pág. 24

Retóricas do Território pág. 28

Território como hipertexto pág. 38

Visita Panorâmica pág. 42





3. CONSTRUIR A CASA COMUM

Construir a Casa Comum pág. 182

Imaginar o território, construir a casa comum pág. 184

Obra aberta pág. 188

2. COMPREENDER O TERRITÓRIO

Cidade Continuada pág. 54

Arco Metropolitano pág. 58

Anatomia do Vale do Pele pág. 64

Dissecar o território pág. 68

• Suporte físico pág. 72

• Mosaico agrícola pág. 78

• Filigrana pág. 84

• Dissonâncias pág. 90

• Tempo pág. 96

• Estruturas pág. 102

Quatro histórias do território pág. 108

• A fábrica da paisagem pág. 114

• Território da casa própria pág. 120

• A paisagem da vaca pág. 130

• Depois das graças da bucólica ridente pág. 138

Por entre montes e vales pág. 148

Postais do território pág. 158

A nossa casa precisa de uma realidade

Desde os idos anos de 1980, o grupo de investigação Morfologias e Dinâmicas do Território procura perceber, a partir dos materiais do território, as muitas caras da urbanização. As que não se encaixam nos manuais e referenciais clássicos ou tradicionais, as que alteram os princípios e os pressupostos que nos auxiliam, ou sossegam, no acto de compreender ou no momento de actuar e as que, por essa mesma razão, exigem de quem as estuda uma abertura à diferença.

O povoamento difuso do Noroeste Peninsular encontrou, portanto, interlocutores à altura das suas contradições e, sobretudo, disponíveis para lidar com as suas permanentes contrariedades e discrepâncias relativamente aos valores reconhecidos, consensualizados e aceites para o que muitos outros entendem ser a *boa forma urbana*.

Reconhecem a possibilidade da diversidade envolvidos pelas evidências da *realidade emergente...* emergente nos livros enquanto matéria crítica e pertinente, já que, na verdade, não surgiu de forma abrupta, mas, sim, de um passado longo e de um espalhar continuado da edificação e da urbanização... E procuram, desde então, alcançar a partir do seu estudo novos níveis de compreensão. A dita *realidade*, contudo, revela, permanentemente, novos semblantes e foge sistematicamente ao registo de uma simples e acabada representação.

Os estudos multiplicam-se mas uma enunciação do difuso continua, ainda hoje, por fixar. Na verdade, já não se crê na sua fixação mas, antes, numa permanente aprendizagem, progressivamente reveladora, que

assenta na construção de sucessivos retratos ou imagens, nem sempre em continuidade e muitas vezes antagonistas. Imagens que são de uma época mas reconhecem as múltiplas épocas da sua materialização, que assumem um momento mas reflectem a evolução decorrente de múltiplas conjunturas, que são presente mas são, também por isso, leituras do passado. Imagens que são, sobretudo, a construção de um futuro.

A exposição a que este catálogo se refere apresenta-nos, assim, como um novo retrato. Um retrato possível mas, sobretudo, um retrato que procura auto-reconhecer-se entre as gentes que habitam um certo território, os famalicenses, que embora desconhecidos ou distantes das longas e inconclusivas discussões académicas, contribuem quotidianamente para a manutenção dos valores, da memória e da tradição local enquanto colaboram, permanentemente, na actualização e transfiguração dessa mesma *realidade* que, não sendo facilmente enunciável, é a sua.

A realidade não existe

Que a *realidade* só existe quando a observamos não é uma novidade para a ciência, mas a presunção de um ideal conformado e a persistência na conservação de princípios obsoletos e circunscritos, como se se tratasse de enquadramentos universais, de conceitos ultrapassados e de instrumentos condicionados a um modelo não exclusivo de ocupação urbana, parecem querer negar essa evidência. Continuamos a aspirar à *urbis* circunscrita da *polis* grega, rigorosamente organizada e

hierarquizada, em vez de aceitarmos uma versão contemporânea da *civitas* romana que, como propõe Massimo Cacciari¹, inclui todos os cidadãos que confluem para um território que lhes é comum e, portanto, para as áreas onde se disseminam os valores partilhados de uma certa forma de urbanidade.

Na verdade, aquilo que a cada momento designamos por *realidade* corresponde, sempre, a uma representação parcial. Uma interpretação que se constitui a partir de uma redução do existente, artificialmente autonomizada da complexidade efectiva de um lugar, de um sítio, de uma paisagem ou de um cenário de vida da sociedade que o habita ou frequenta. Neste processo de simplificação, a complexidade existente – estratificada, multidimensional, fluida e plural – expõe-se à observação e admite a formação de um ponto de vista, ou múltiplos, consoante o observador, ou os observadores, conforme a posição de onde se constrói uma perspectiva e considerando a narrativa que se escolhe destacar.

A observação é, pois, sempre condicionada a uma procura predeterminada e, portanto, a um pré-conceito, mais ou menos informado, que se estabelece como o referencial da selecção produzida.

A realidade é uma imagem

Se a *realidade* é o reflexo do observador e dos seus pré-conceitos, o problema do referencial que este operacionaliza – por vezes demasiado centrado em ideais que, efectivamente, não existem – é determinante para o reconhecimento e para a aceitação dos valores específicos de determinados territórios, menos fotogénicos para a história anterior

do urbanismo e menos claros para a materialização dos pressupostos que densificam a urbanística.

O enaltecimento exclusivo de um modelo de urbanização concentrada, feita de aglomerados consolidados com ruas de traçados claramente delimitados e edifícios que as faceiam, parques e jardins desenhados e logradouros murados sempre nas traseiras... contribui para a consolidação de um imaginário que caracteriza e distingue a qualidade de uma *realidade urbana* que existe de forma inexpugnável, autónoma e confinada, apenas, nos manuais de geografia dos primeiros anos de escolaridade. Porém, por estar lá, sem reservas nem ressalvas que apontem para outras possibilidades mais complexas, transforma-se num referencial aceite para o que se entende ser uma cidade, num ponto de partida para o que venha a reconhecer-se como aceitável e, portanto, numa configuração de um ideal de urbanidade que se baseia numa condição absoluta de qualidade. Uma *boa forma urbana* sem restrições nem excepções que vingam mesmo quando a *realidade* que verdadeiramente se conhece não está conforme com aquela que se regista ou divulga nesses compêndios.

Estabelece-se assim um desfasamento entre um registo no papel, que se lê, e outro no território, que se percorre. Este afastamento condiciona a capacidade de legitimar como uma entidade urbana efectiva o espaço invisível², porque não explicado, que, de facto, se conhece profundamente e diariamente se experiencia.

A nossa casa precisa de uma realidade

A construção da *nossa casa*, o reconhecimento de uma *realidade* a partir do que não parece existir mas nos é familiar, precisa de uma imagem, talvez dinâmica e multifacetada, que considere o presente e que integre, para além da dimensão objectiva do espaço físico, a dimensão subjectiva e existencial do espaço vivido. A *nossa casa* corresponde a um território determinado e a morfologias concretas, resulta da soma dos lugares e dos trajectos, ou seja, do espaço de reconhecimento e de intimidade ligado à vida quotidiana. A *realidade da casa* exige uma representação que nasce da compreensão do existente, da procura dos seus significados e da consciência das qualidades essenciais do que existe, tomado de *per se* e não da analogia com qualquer outro modelo ou paradigma aceite.

A *nossa casa* precisa, então, de uma operação de desconstrução através da interpretação do seu ser e do seu estar. Uma decomposição que garanta, como consequência, a reconstrução da magnitude do que já é familiar enquanto imagem explícita de uma *realidade* susceptível de se tornar colectiva e, portanto, enquanto representação de uma entidade territorial que reconhece uma ordem física, social e cultural que a caracteriza e a distingue. Uma entidade que é, paradoxalmente, o resultado de uma descoberta que decorre do acolhimento de uma identidade particular, essencial e distintiva, e que revela algo que, sendo anteriormente rejeitado, era, por isso, tido como inexistente.

A concretização da casa colectiva rejeita a invisibilidade. Repudia o desfazamento que decorre, na verdade, da incapacidade de reconhecer a sua identidade como uma *realidade* possível: não se identifica o que se vê por não corresponder a uma referência aceite e,

portanto, não se designa e, conseqüentemente, considera-se que não é ou que não existe. Como tal, a realização da casa consente no estabelecimento de um quadro de significação que não é automático mas é explicativo e reverte o que é, ou parece ser, estranho para a esfera do conhecimento, ou seja, traduz uma percepção complexa de um existente oficialmente não concretizado para uma representação legível e inteligível.

Assim, neste novo enquadramento, a *nossa casa*, ela mesma com as suas especificidades, constituir-se-á como mais um território, uma territorialidade ou uma forma de territorialização possível.

A realidade da nossa casa exige uma nova perspectiva

Os múltiplos territórios de vida da sociedade contemporânea reivindicam, como tudo o que se quer realmente conhecer, a abertura e a disponibilidade para admitir novos olhares que decorrem de novas construções mentais que substituem as visões exíguas e equívocas anteriores.

O território da *nossa casa* – o território da casa comum – exige um modo de olhar a *realidade* que, procurando observar as várias vertentes que constituem um todo inalcançável, selecciona e autonomiza as problemáticas, os problemas e os pontos de vista específicos que permitem adjectivar cada uma das suas dimensões específicas. A palavra “território” admite uma polissemia de sentidos decorrente da extensa importância conceptual que a contemporaneidade lhe impôs e, por essa razão, subentende uma significação que não é unívoca nem corresponde a um único campo de objectivação, introduzindo múltiplas dificuldades na sua interpretação, mas o território que nos é comum permite reduzir

o campo de acção, a distância crítica entre o observador e o espaço observado, e, consequentemente, ajusta o olhar ao âmbito específico da sua enunciação, facilitando uma leitura ou várias leituras através de perspectivas inusitadas, mas pertinentes e experienciadas.

A perspectiva, ou o modo de olhar, constitui-se como um instrumento que está ao serviço de uma interpretação e, como tal, supõe a reciprocidade entre a *realidade* e a sua representação, estabelecendo conexões que tornam o referencial da observação intrínseco à representação do objecto observado.

Assim, perante a complexidade, perante a condição fluida e difusa das múltiplas formas de territorialização, construir um novo modo de olhar reconhece-se como uma tarefa necessária, porque se acredita, como Edgar Morin, que “*o problema crucial é o do princípio organizador do conhecimento, e o que é vital hoje não é apenas aprender, não é apenas reaprender, não é apenas desaprender, mas sim reorganizar o nosso sistema mental para reaprender a aprender*”³.

O olhar apreende uma identidade que, assim, se revela e realiza

O modo de olhar é revelador dos atributos materiais ou imateriais que determinam as regras que subjazem à construção de sentido da identidade. Reconhece, então, a dimensão de compreensão atribuída aos valores próprios – as qualidades essenciais e intrínsecas que determinam e tornam específico um certo território ou a paisagem resultante da sua construção – e revela o comum da *casa* através da observação, traduzindo-a numa representação mediada de uma *realidade*.

Essa mediação pressupõe a concretização do instrumento, do referencial ou do modo de olhar, operacionalizando os princípios essenciais e pertinentes que organizem a observa-

ção, permitindo o reconhecimento de uma especificidade e a percepção do seu sistema de valores. Os valores, por sua vez, próprios de uma determinada situação, estabelecem-se em função de lógicas ou de atributos que são factores determinantes da caracterização da identidade.

Entre a variedade de manifestações, a diversidade de processos e a miríade de formas, o olhar selecciona em função de um princípio orientador que institui o procedimento, de um ponto de fuga que revela a essência de uma perspectiva, e, consequentemente, de uma operação de decomposição que destaca os atributos que determinam a *realidade* de uma identidade territorial. Neste processo de dissecação evidenciam-se, então, as estruturas e as texturas da *nostra casa*, enquanto argumentos primeiros de legibilidade. Através da interpretação destes conceitos que se propõem, explica-se uma materialização ou uma combinação específica de valores ordinários mas essenciais, que, conjuntamente, condicionam e são condicionadas pelo contexto e determinam a matéria que constitui o comum reconhecido por um colectivo.

Estrutura, textura e contexto oferecem-se, então, como dispositivos que orientam a interpretação, que fundamentam o reconhecimento dos seus valores e que garantem, então, a legibilidade e, particularmente, a inteligibilidade de um qualquer território que se reconhece como *casa comum*⁴. Através deles se reconhecem os valores intrínsecos à configuração de uma identidade – os elementos que organizam e que ocupam o espaço⁵ – e os valores extrínsecos, próprios de um enquadramento relacional que influenciam inequivocamente a sua materialização.

Estrutura, textura e contexto compreendem-se, analiticamente, de modo independente, porém, a operação de redução que permite

manipular a complexidade de modo a tornar apreensível uma *realidade* pertinente admite, paradoxalmente, a autonomia e a dependência ou sobreposição dos três critérios de significação.

A *realidade da nossa casa* exige, então, uma tomada de decisão, a resolução deliberada de ultrapassar as dificuldades, combater as anteriores ausências de argumentação e as decorrentes invisibilidades, ordenando as premissas que antecedem a observação e que determinam a composição que produz uma imagem da *casa* que é, também, uma imagem dos espaços de vida dos seus habitantes.

O território da casa comum

O território da casa comum reinventa e customiza os referenciais, mas, sobretudo, acredita na diferença e aceita a complexidade. Considera as múltiplas interferências, a aceleração da transformação da *realidade* e a instabilidade da imagem que desta se obtém como condições intrínsecas da sua concretização.

Ler e compreender o território apresentam-se como um acto criativo por si só e, sobretudo, pressupõem que ler bem o território comum permite fazer bem a *nossa casa*, permite compreender os seus valores específicos e, em sintonia com eles, torna possível trabalhar habilmente sobre uma imagem que é de todos.

A construção da dimensão colectiva, através de uma exposição que transpõe a(s) imagem(ens) e a identidade da *casa* produzindo uma *realidade* possível – o retrato auto-referenciado que se mencionou no início desta enunciação –, metamorfoseia a dimensão do comum, revelando, sob o olhar que se expõe, uma excepcionalidade, uma identidade única que, sendo apreendida como ordinária, não é, certamente, genérica. TC

1 CACCIARI, Massimo (2004) – *La ciudad*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2010.

2 O espaço invisível, tal como a sociedade invisível, subentende “a multiplicidade de realidades inéditas e o desaparecimento de blocos explicativos” (INNERARITY, Daniel (2004) – *A Sociedade Invisível*. Lisboa: Editorial Teorema, 2009, p. 64).

3 MORIN, Edgar (1977) – *O Método. 1. A natureza da Natureza*. Mira-Sintra; Mem Martins: Publicações Europa-América, (1977-1984), p. 24.

4 SIEVERTS, Thomas (1997) – *Cities Without Cities. An Interpretation of the Zwischenstadt*. London & New York: Spon Press, 2003.

5 Fernando Távora afirma que “a expressão «organizar espaço», à escala do homem, tem para nós um sentido diferente daquele que poderia ter, por exemplo, a expressão «ocupar espaço». Vemos na palavra «organizar» um desejo, uma manifestação de vontade, um sentido que a palavra «ocupar» não possui” (TÁVORA, Fernando (1962) – *Da organização do espaço*. Porto: FAUP publicações, 1996, p. 14).

FICHA TÉCNICA DO LIVRO

Título

Território: Casa Comum

Coordenação científica

Álvaro Domingues
Nuno Travasso

Desenho do catálogo

Ivo Poças Martins

Textos

Álvaro Domingues ^{AD}
Nuno Travasso ^{NT}
Ivo Poças Martins ^{IPM}
Daniel Screpanti ^{DS}
Teresa Calix ^{TC}
Paulo Cunha
Francisca Magalhães
Manuel Fernandes de Sá

Revisão

Teresa Godinho

Fotografia de Exposição

Alexandre Delmar - A Caixa Negra

Execução gráfica

Mota e Ferreira, artes gráficas

Tiragem

700 exemplares

Edição

FAUP, 2015

ISBN

978-989-8527-07-3

Depósito Legal

403035/15

Organização



Apoio Institucional

COMPETE
2020

PORTUGAL
2020

UNIÃO EUROPEIA
Fundos Europeus Estruturais e de Investimento

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia

FICHA TÉCNICA DA EXPOSIÇÃO

Título

Território: Casa Comum

Coordenação científica

Álvaro Domingues

Nuno Travasso

Desenho de exposição

Ivo Poças Martins

Produção

Álvaro Domingues

Nuno Travasso

Ivo Poças Martins

Daniel Screpanti

Jacopo Feslikenian

Daniel Casas Valle

Montagem de exposição

Tommasino Design

Contributos para a investigação

Nuno Portas

Manuel Fernandes Sá

Teresa Calix

Ana Fernandes

Marta Labastida

Helena Amaro

Marta Martins

Francisco Lourido

Apoio técnico

Manuela Sampayo

Apoio Câmara Municipal

V.N. Famalicão

Francisca Magalhães

Ana Pinto Tsou

Raquel Bragança

Filipe Silva

Apoio Casa do Território

Inês Carvalho

Clara Lemos

Patrocínios

Riopele, têxteis S.A.

Mota e Ferreira, artes gráficas

Tipografia Ribeiro, Lda

Papelmunde, Lda

PATROCÍNIOS

Rispele
SINCE 1927



U. PORTO
FACULDADE DE ARQUITECTURA
UNIVERSIDADE DO PORTO

ISBN 978-989-8527-07-3



9 789898 527073